



ATA N.º 4/2023

TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA

Local: Salão Nobre da Junta de Freguesia de Luz

Data: 30/06/2023.

Iniciada às 20h30min e encerrada às 22h30min.

I. Apreciação e votação da Ata da sessão anterior

- a) **Sessão ordinária realizada no dia 28 de abril de 2023**

II. Período de intervenção aberto ao público

III. Período antes da "Ordem do Dia"

IV. Período da "Ordem do Dia":

- a) **Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade da Câmara e da situação financeira do Município - (alínea c) do número 2 do artigo 25.º da Lei 75/2013)**
- b) **Informação dos Compromissos Plurianuais ao Abrigo da Autorização Prévia Genérica, no âmbito da Lei dos Compromissos (Lei n.º 8/2012), referentes ao ano de 2023**
- c) **Apreciação e Votação da Proposta de Aprovação da ARU de Mourão**
- d) **12.ª Modificação Orçamental – 4.ª Alteração Modificativa para o ano de 2023**

A sessão iniciou-se com a presença de:

Presidente da Mesa: Alexandre Filipe Conde Farias

Primeiro-Secretário: Ana Maria Palma Bravo

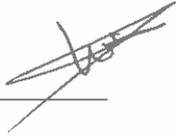
Segundo-Secretário: Filipe António Cartas Falcato

Membros: Venceslau Inácio Ramalho Raminhos

Dimas Joaquim Canhão Ferro

Arnaldo Gonçalves Caeiro

Rui Miguel Rocha Passinhas



Vanda Raquel Segurado Ramalho
Helena Isabel Gil Godinho
Luís Miguel da Cruz Bação
Rui Manuel Chilrito Pereira
José Crisóstomo Fernandes Bação Leal
Flávio Carlos Ferrador Oliveira
Vítor Hugo Segurado Dias
Marta José Cominho Capucho

Presidente da Junta de

Freguesia de Granja: Felizardo José Aranha

Presidente da Junta de

Freguesia de Luz: Sara Maria Vidigal Correia

Presidente da Junta de

Freguesia de Mourão: José Duarte Costa Franco

--- A sessão foi presidida pelo senhor **Alexandre Filipe Conde Farias**, em substituição da Senhora Presidente da Mesa, **Francisca Maria Rosado Silva Sousa** e secretariada pelo Coordenador Técnico da Subunidade de Administração Geral, Arquivo e Atendimento ao Cidadão da Divisão Administrativo-Financeira e de Desenvolvimento Económico da Câmara Municipal de Mourão, Vítor Manuel Leal Vidigal. -----

--- Seguidamente o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal em exercício** informou o Plenário que a sessão da Assembleia Municipal foi convocada porque, de acordo com o n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e artigo 40.º, n.º 1 do Regimento em vigor da Assembleia Municipal de Mourão, é obrigatório a realização, no mês de **junho** de uma sessão ordinária da Assembleia Municipal. -----

--- O **Senhor Presidente da Mesa em exercício** informou também o Plenário que, relativamente à composição da Assembleia Municipal, pediram substituição ao abrigo do artigo 78.º, alínea a) do n.º 1 do artigo 29.º e artigo 79.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, mantida em vigor pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a **Senhora Presidente da Assembleia Municipal Francisca Maria Rosado da Silva Sousa** e o Senhor Deputado Municipal **José Pedro Pires dos Reis**, substituídos nos termos legais e regimentais pelos Senhores **Venceslau Inácio Ramalho Raminhos** e **Filipe António Cartas Falcato**, respetivamente -----

--- Considerando que os mesmos foram notificados nos termos legais e regimentais, e estando presentes na sala, e ser do conhecimento pessoal dos membros da Mesa da Assembleia Municipal a sua identidade e legitimidade, iniciaram aqueles, imediatamente, as suas funções como Deputados Municipais. -----



--- Mais informou o **Senhor Presidente da Assembleia em exercício** que a Senhora Vereadora da Câmara Municipal **Maria Clara Pimenta Pinto Martins Safara**, também pediu a sua substituição, sendo substituída nos termos legais e regimentais pela Senhora Vereadora **Guilhermina Ratão Canete**, ali presente. -----

--- Considerando que a **Senhora Ana Maria Palma Bravo**, Segunda Secretária da Mesa substituiu automática e legalmente o primeiro secretário, nos termos do n.º 2 do artigo 23.º do Regimento em vigor da Assembleia Municipal, o **Senhor Presidente da Mesa em exercício** informou que o Grupo Municipal do PPD-PSD/CDS-PP designou, ao abrigo do disposto no n.º 3 do mesmo artigo, o Senhor Deputado Municipal **Filipe António Cartas Falcato**, para substituir a segunda secretária e exercer as funções da mesma na Mesa da Assembleia. -----

--- Feita a chamada, verificando a existência de quórum, com a presença de todos os membros, o **Senhor Presidente da Mesa em exercício** declarou abertos os trabalhos. ---

I – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR

a) – SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 28 DE ABRIL DE 2023

--- O **Senhor Presidente da Mesa em exercício**, relembrou, por um lado, que a Ata foi em devido tempo dada a conhecer aos Senhores Deputados Municipais, pelo que se dispensou a sua leitura, e que, por outro lado, nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do novo CPA – Código do Procedimento Administrativo, não poderiam participar na votação da Ata os membros que não tenham estado presentes na reunião a que respeita a referida Ata, que no caso são os Senhores Deputados Municipais Flávio Oliveira, Venceslau Raminhos e Filipe Falcato. -----

--- Ato contínuo, colocou à discussão do Plenário a Ata n.º 3/2023, correspondente à sessão ordinária da Assembleia Municipal de Mourão, realizada no dia 28 de abril de 2023, na Sala de Sessões do Município de Mourão. -----

--- Não havendo objeções, o **Senhor Presidente da Mesa em exercício** colocou à votação a referida ata n.º 3/2023, a qual foi **aprovada**, por **unanimidade**. - -----

--- O **Senhor Presidente da Mesa em exercício** perguntou ainda se algum Senhor Deputado Municipal pretendia apresentar declaração de voto, não se tendo registado qualquer pedido de intervenção. -----

II – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO

--- O **Senhor Presidente da Assembleia em exercício** informou que de acordo com o estipulado no n.º 1 do artigo 49.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e n.º 1 do artigo 50.º do Regimento em vigor da Assembleia Municipal de Mourão, haverá agora, com a duração de 60 minutos, um "**PERÍODO PARA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**". -----



--- O "Período de Intervenção do Público" será distribuído por períodos que, em caso algum, poderão exceder os 5 minutos por cada intervenção, sendo, no entanto, reduzidos para um menor período de tempo, nunca inferior a 3 minutos, em caso de o número de inscrições assim o justificar, eliminando-se aquelas que, segundo a ordem da inscrição, fariam prolongar o período global para além dos 60 minutos. -----

--- Os cidadãos interessados em usar da palavra têm uma ficha de inscrição para uso da palavra disponível junto da Mesa, com a indicação da matéria que pretendem versar bem como do seu nome. -----

--- **O Senhor Presidente da Mesa em exercício** perguntou de seguida se algum munícipe pretendia intervir, não se tendo registado qualquer pedido de intervenção. -----

III – PERÍODO DE ANTES DA "ORDEM DO DIA".

--- O **Senhor Presidente da Mesa da Assembleia em exercício** lembrou o tempo de cada FORÇA POLÍTICA (minutos) com base no **n.º 2 art.º 55.º do Regimento**, assim distribuído: -----

NOVOS TEMPOS, NOVAS SOLUÇÕES 22 min (PSD/PPD – 16 min e CDS/PP – 6 min)

PS - 19 min

CDU (PCP/PEV) – 6 min

CHEGA - 3 min

CÂMARA MUNICIPAL - 10 min

--- **O Senhor Presidente da Mesa em exercício** informou que o Senhor Presidente da Câmara solicitou que a Assembleia se associe ao voto de pesar aprovado pelo Executivo, pelo falecimento da Senhora Vereadora da Câmara Municipal de Elvas, Prof.^a Paula Calado, jovem autarca de relevância para o Alentejo, do seguinte teor:

"Foi com tristeza e consternação que os eleitos desta Assembleia Municipal tomaram conhecimento do trágico acidente que motivou o inesperado falecimento da Vereadora da Câmara Municipal de Elvas, a professora Paula Calado.

Paula Calado encabeçou nas últimas eleições autárquicas a lista de coligação PSD/CDS à Câmara Municipal de Elvas e, depois de ser eleita vereadora, o executivo atribuiu-lhe competências executivas nas áreas da Cultura e do Turismo.

A Assembleia Municipal de Mourão lamenta profundamente esta perda prematura e irreparável, apresentando desta forma as mais sentidas condolências ao Município de Elvas, bem como aos familiares e amigos". -----

--- **O Senhor Presidente da Mesa em exercício** colocou de seguida à votação o Voto de Pesar acabado de transcrever tendo o mesmo merecido total aprovação, **por unanimidade**. -----



--- Seguidamente perguntou se algum Senhor Deputado Municipal pretendia intervir neste período, tendo solicitado a palavra e intervindo: -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Sara Correia** começou por dar as boas vindas a todos, desejando que se sintam confortáveis, realçou depois algumas atividades e iniciativas desenvolvidas pelo Executivo desde a última Assembleia: -----

- A extensão da iluminação pública nalguns arruamentos na Freguesia (zona dos casões agrícolas e ligação da Rua de Mourão à Rua da Estrela, junto à Igreja, etc), colmatando assim uma das diversas lacunas que a construção da Aldeia comporta, e há muito reivindicada; -----

- Está imensamente satisfeita pelo evento que decorreu na Freguesia na semana passada, que há muito vinha sendo preparado com o apoio da Junta de Freguesia e Câmara Municipal e que culminou com dois dias fantásticos. Foi o maior evento de cariz social no país - Aldeia da Inovação Social, que trouxe ao concelho gente de todas as partes do mundo, e diversos ministros do nosso Governo. Realçou que o povo da luz foi grande anfitrião do evento, o que agradece; -----

- Aproveitando a presença dos representantes das tutelas o Senhor Presidente da Câmara cada vez que discursou fez reivindicações junto dos mesmos relativamente a problemas do concelho, nomeadamente pela dificuldade de acesso às redes móveis nas Freguesias e do constrangimento das verbas do PRR não serem suficientes para cobrir a totalidade dos investimentos, nomeadamente para a Creche, ficando da parte daqueles governantes o sério compromisso para resolução daqueles problemas; -----

- Congratula-se também com o facto de ter sido assinado o Contrato Local de Segurança de Mourão que há muito era esperado, e só não foi mais cedo pela feita de atenção do Governo pelo interior, mas fica a faltar ainda muito para dar as melhores condições de segurança à população do concelho. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Arnaldo Caeiro** para manifestar a sua satisfação por mais uma vez a sessão da Assembleia se realizar na Freguesia de Luz, agradecendo a forma com que a Junta sempre os recebe. Referiu também que como natural da Luz fica satisfeito por ver a sua terra associada a grandes eventos e fica igualmente satisfeito por pela primeira vez terem de três ministros e um secretário de estado a visitar o concelho de Mourão, e sobretudo por serem dum Executivo do Partido Socialista, o que prova que o Governo do PS tenta ajudar o interior, bem como se congratula também com a assinatura do Contrato Local de Segurança. Finalmente pergunta qual a situação do cadastro rústico da Freguesia de Luz, que inclusivamente foi objeto de uma recomendação desta Assembleia à Câmara? Embora não seja uma competência própria do Executivo resolver o problema, pede a máxima atenção do Senhor para o mesmo pois a situação pode vir a



criar imensos problemas para as pessoas, nomeadamente ao nível do parcelário e consequentemente a nível dos apoios às candidaturas dos agricultores. -----

--- Dada a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal** este prestou os seguintes esclarecimentos: -----

- Felizmente a Freguesia de Luz tem estado ultimamente associada a diversas atividades e eventos importantes, realçando que decorreu aqui nesta sala, durante o Aldeia da Inovação Social, o Conselho Intermunicipal da CIMAC;

- Com a nova estrutura orgânica das CCDR's ainda ninguém sabe a quem se pedir informar sobre essa questão do cadastro, pois ainda não foram nomeados o Presidente e Vice-Presidentes. A questão da agricultura é um tema sensível para o Executivo, sendo que está a preparar um pedido de audiência à tutela, o qual pretende que seja acompanhado de uma moção aprovada conjuntamente pela Câmara e Assembleia Municipal, e feita chegar aos Deputados que nos representam na Assembleia da República, sendo pertinente solicitar um estudo de impacto ambiental sobre o regadio em Mourão e Granja; -----

- Está também a preparar um ofício para o Ministério das Infraestruturas sobre as Pontes da Ameada e do Alcarrache; -----

- Relativamente à fibra ótica nas freguesias de Granja e Luz, foi-lhe comunicado que vai ser lançado um concurso internacional, num procedimento por lotes de regiões no país, para dotar de infraestruturas que garantam boa conexão. Neste evento ficou bem notória a todos os participantes a falta de condições de acesso à internet, mas está esperançado que alguma coisa irá acontecer; -----

- Para a obra da Creche irá haver uma majoração de 20% (noventa mil euros) mas ainda ficam duzentos mil a cargo do orçamento municipal. Fica a nota de irá ser assinado um despacho no sentido de permitir o alívio de algumas exigências para os edifícios onde já haja alguma valência escolar; -----

- A assinatura do Contrato Local de Segurança para além de ser um ato que se aguardava há muito e de ser basicamente um documento de intenções, serviu acima de tudo para publicidade do Governo que teria de demonstrar trabalho por ocasião da realização do Conselho de Ministros em Évora. Manifestou desde logo à Senhora Secretária de Estado, Isabel Oneto, que depois deste ato de assinatura espera um contacto para o desenvolvimento do processo, o que até agora ainda não aconteceu; -----

- Frisou também ao Senhor José Luís Carneiro que faltam condições para implementar o Contrato, que ele não retorquiu, mas que não foram atendidas, pelo que o Município decidiu avançar já com as obras na copa do edifício do Posto de Mourão e a aquisição de uma viatura que será cedida através de um contrato de comodato; -----



- Finalmente referiu que é nestas particularidades e informalidades destes eventos que muitas vezes se desbloqueiam e resolvem assuntos que por vezes parecem esquecidos, pelo que há que ter esperança numa boa articulação do Governo nesta matéria. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal José Bação Leal** para referir que não partilha da felicidade do Senhor Presidente pois este Governo está decadente e o Partido Socialista está finito, embora haja gente que ache uma maravilha. Não acredita em nada pois isto é uma operação de cosmética e até veio um camião TIR para se exibirem em Évora. Este Governo está moribundo, está perdido, só diz pantominices. Todos os dias saem casos e mais casos nos jornais e telejornais. Nos montes a net é uma miséria e não acreditem que vão fazer alguma coisa. A Senhora Ministra da Agricultura não existe, mas são anunciadas medidas para o regadio ou para a seca, mas o certo é que não fazem nada. Dizem que a inflação é de 3% por cento quando é de 33%, escudam-se numa guerra, mas o certo é que há muita incompetência deste governo em que não acredita. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Sara Correia** para corroborar a frase da cosmética pois a Luz há muito que sofre com essas ações, e o emparcelamento é um caso pragmático, pois há um ano que pediu uma reunião à Ministra da Agricultura e ainda não foi recebida. O facto de termos tido agora quatro ministros a visitar Mourão não é pela atenção que o Governo quer dar ao interior, mas sim pela ação e insistência do atual Executivo. -----

- **O Senhor Deputado Municipal Rui Pereira** para referir que há mais de vinte anos que vem alertando para os problemas da aldeia da Luz, o que significa que já muitos pantomineiros por lá passaram e não foram sempre do mesmo governo. Ainda há proprietários que não têm as terras registadas em seu nome e das quais não pagam impostos. A Luz tem fibra ótica talvez há mais de dez anos, só que não está a ser explorada porque a PT não a quer otimizar, porque tem de investir nas infraestruturas, cujo valor não é nada de exorbitante, mas como é uma população pequena acham que não merecemos o investimento e os governos, este e os outros, não a obrigam. Mais referiu que os problemas nas infraestruturas das redes de esgotos e de água da Luz continuam, com as pessoas e o Município a ter de reparar as mesmas, pelo que pede ao Senhor Presidente que não deixe a situação cair no esquecimento e que tenha o máximo empenhamento na sua resolução, junto quer da EDIA quer da tutela, pois vinte anos é quase uma vida. -----

--- **O Senhor Deputado José Bação Leal** para lembrar que a PT foi vendida a uma empresa estrangeira pelo que não vê essa empresa a fazer investimentos que beneficiem privados. Mais referiu que se fala muito no turismo e em receber pessoas, mas agricultura e os agricultores são esquecidos e estão de rastos. Para além de receber alguns subsídios os agricultores precisam de outros apoios como condições para formar os profissionais. Não



se pode viver só de festas e almoçadas, mas tem de se olhar para o setor primário e não serem exigências e coimas para quem investe o pouco que tem. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Arnaldo Caeiro** para deixar claro que foi eleito pela lista do Partido Socialista, com todos os defeitos e virtudes que lhe possam estar adjacentes, para defender os interesses do concelho de Mourão, e não governo, pois esse não precisa da nossa defesa. Independentemente das pantominices ou não do Governo, ele está na politica de boa fé, e como partilhou o Senhor Presidente às vezes nas reuniões informais são desbloqueados problemas. Mais referiu que seja o Governo de que partido for acha que cabe à Câmara e a esta Assembleia defender os interesses do concelho, e do que dele depender estará sempre disponível para tal, pois foi para isso que concorreu e foi eleito. -----

IV – PERÍODO DA “ORDEM DO DIA”

a) – APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DA CÂMARA E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO – (ALÍNEA c) DO NÚMERO 2 DO ARTIGO 25.º DA LEI N.º 75/2013)

--- Recordou o **Senhor Presidente da Mesa em exercício** que o Sr. Presidente tem 10 minutos para apresentar cada ponto e que cada deputado municipal tem 3 minutos para fazer perguntas. No final o Sr. Presidente terá 10 minutos para responder. Agradeceu a colaboração de todos no sentido de serem rigorosos no cumprimento dos tempos. -----

--- Seguidamente o **Senhor Presidente da Mesa da Assembleia em exercício** deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal**, para dizer o que se lhe oferecer, tendo este remetido, no geral, a sua comunicação para a Informação, que dada a sua extensão fica arquivada em pasta anexa (**documento número nove**).

--- **O Senhor Presidente da Mesa em exercício** perguntou de seguida se algum Senhor Deputado Municipal pretendia intervir, tendo solicitado a palavra e intervindo: -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Arnaldo Caeiro** para as seguintes questões: -----

- No ponto 6 é referido que o Senhor Gonçalo Lopes pediu substituição na Comissão Municipal de Gestão Integradas de Fogos Florestais. Já se procedeu à substituição? -----

- Ponto 32 – Medidas aprovadas pela Câmara relativas à área da saúde. Que medidas? -----

- Ponto 66 – Gostaria de saber efetivamente qual a percentagem de financiamento da creche. -----

--- Dada a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal** este prestou os seguintes esclarecimentos: -----

- O processo de substituição para a Comissão de Fogos Florestais está a cargo do técnico superior do Município, Eng.º Tiago Ramos, que oportunamente será dado a conhecer; -----



- Uma das medidas foi determinar os trâmites a partir dos quais se garante a atribuição de habitação à médica de família, permitindo que em caso de incumprimento das condições prévias de atribuição, como o esforço de retribuição do trabalho, o Município possa reverter a situação, o que basicamente agora está a acontecer. Outros incentivo é a atribuição de um subsídio de transporte no valor mensal de 50 euros, isenção de pagamento de IMI para habitação durante 8 anos, a isenção do pagamento de taxas urbanísticas para a realização de obras, a venda a preço simbólico de um possível prédio municipal, possibilitar o acesso ao ginásio e às piscinas sem quaisquer custos e o apoio aos custos de construção da própria habitação; -----

- O PRR – Plano de Recuperação e Resiliência, programa que financia tem logros que não vale a pena escamotear, como se pode ver: A estrutura modelar para a Extensão de Saúde da Granja seria financiada a cem por cento, mas logo sem financiar a parte correspondente ao IVA, inicialmente de 140.000 euros, mas após o primeiro orçamento verificou-se que o custo seria de 194.000 euros. Felizmente e depois de bater às portas todas conseguiu assinar um segundo termo de aceitação com esta dotação; o elevador a colocar no agrupamento de escolas de Mourão tinha um custo padrão de cerca de 6 mil euros quando o mesmo vai efetivamente custar 17.000; na Creche o financiamento não é com base no custo total da obra, mas sim no número de lugares criados, o que naturalmente foi empolado. Está mais que sabido que o PRR não cobre os custos das obras e é corrente que muitas IPSS que tinham intenção e projetos aprovados para alargamento das suas capacidades, andam agora a bater à porta dos Municípios na tentativa de arranjar apoios para os montantes que estão muito acima do financiamento do PRR. Neste caso o que se antevê é a não realização de muitos dos projetos. Finalmente quis partilhar a dificuldade que há em contactar os técnicos da estrutura do serviço de gestão do PRR, pois parece que nenhum estaria preparado para responder às muitas solicitações de dúvidas sobre as candidaturas, o que pode levar à não execução de muitos projetos e à correspondente devolução dos apoios; -----

- Felizmente já foi adjudicada a obra do Cine-Teatro, com um prazo de execução 180 dias e o valor de 647.000 euros. Foi solicitada transição das verbas por executar da biblioteca para esta candidatura que permitiria o aumento do financiamento total da operação. Realçou aqui o trabalho da equipa técnica que não foi só o lançar do concurso e adjudicar a obra, como rever todos os procedimentos adjacentes. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Arnaldo Caeiro** para referir que o assunto de que vai falar seria interessante discutir num período de antes da ordem do dia. Crê que em 2012 foi criada uma USFremo-Mourão, e depois mais tarde alguém entendeu fazer um abaixo assinado e separar o Centro de Saúde Mourão do de Reguengos, e isso foi o que Reguengos quis ouvir, pois aquela tem neste momento 8 médicos, o que significa se Mourão tem



continuado na dependência da USFremo daqueles 8 médicos teriam de ser escalados para a zona de Mourão e para as freguesias. Quem fez o erro continua a não o assumir nas redes sociais. Sobre este assunto o Partido Socialista irá oportunamente apresentar uma moção à Assembleia. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Sara Correia** para referir, relativamente aos serviços de saúde, que embora na altura também se achasse que os serviços não funcionavam da melhor forma, sabia-se que com a nova solução se ficaria ainda pior. Aproveita para agradecer a todos os colaboradores da freguesia e do Município, em especial os da proteção civil, e aos bombeiros, pois nenhum evento teria sucesso sem o seu envolvimento. Mais referiu que foi finalmente concluída a primeira fase da obra de alargamento do Cemitério da Luz, que é mais um dos problemas que ficaram da construção da Nova Aldeia que nem previa que esta ampliação um dia fosse necessária, e foi uma dura luta dos atual e anterior Executivos, nomeadamente pelos obstáculos colocados pelo arquiteto Pedro Pacheco que detém os direitos de autor. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Rui Pereira** para perguntar se o preço da obra do Cineteatro já engloba ou não o valor do equipamento cénico e de som, tendo o Senhor Presidente respondido que não. Mais referiu que ainda bem que a obra do Cemitério se concluiu. Foi mais um erro da construção da aldeia, pois passados apenas vinte anos o Cemitério já não tem capacidade. O autor ou não sabia o que estava a fazer ou então pensou que as pessoas abandonavam a nova aldeia e o cemitério era suficiente. -----

--- De seguida **o Senhor Presidente** solicitou autorização para que o Senhor Diretor do Departamento de Serviços Técnicos, Administração e Sustentabilidade Social, Eng.º Nélon Tomás, ali presente, preste esclarecimentos adicionais detalhados relativamente às referidas candidaturas, que mereceu o consentimento do Senhor Presidente da Mesa em exercício. -----

--- Ato contínuo **o Senhor Diretor** informou relativamente aos financiamentos que há que distinguir os conceitos de elegibilidade das despesas e de custo das obras. O PRR financia a cem por cento as despesas elegíveis, mas não financia outras como por exemplo o IVA, pelo que o Município tem de recorrer a fontes próprias, seja receitas ou empréstimos para financiar o custo total das obras. Relativamente às dificuldades de relacionamento com o PRR deu o exemplo da candidatura do elevador da escola, pois aquele órgão considera a data da apresentação da candidatura, que foi por esta altura do ano anterior, mas nos deu resposta em abril deste ano e o prazo de conclusão da obra termina hoje. Isto é transversal a todos projetos. Na obra do Cineteatro tem-se estado a corrigir diversos erros nos projetos das especialidades, e a mesma estava subfinanciada pelo que tinha uma morte anunciada. Após as correções foi lançado o concurso com um prazo de conclusão até final do ano. Deixou o alerta para uma discussão futura que diz respeito à tentativa de não haver uma



descontinuidade dos quadros comunitários de apoio, o que seria benéfico para o Município. Uma situação que não foi possível corrigir foi o caso das bancadas, que não têm as medidas mínimas e outra foi o caso de as saídas de emergência serem para uma rua pública, o que apenas ele detetou. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Helena Godinho** para referir que no mesmo sítio onde consta que a USF de Reguengos tem 8 médicos, consta que há 3 médicos no Centro de Saúde de Mourão, mais uma pantominice do Governo, pelo que cada um pode tirar as suas ilações. Se houvesse três médicos em Mourão chegava e sobrava para o concelho. ----

--- O Senhor Deputado Municipal Arnaldo Caeiro voltou a referir que o que é relevante não é o número de médicos mas sim a sua disponibilidade, e quando fizeram o abaixo-assinado seria supostamente para beneficiar Mourão mas foi precisamente o contrário, pois desoneraram a USFremo da obrigação de colocar médicos nas extensões de saúde, que era obviamente o que Reguengos queria. -----

--- **Tomado conhecimento.** -----

b) – INFORMAÇÃO DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA, NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS (LEI N.º 8/2012), REFERENTES AO ANO DE 2023

--- Sobre o assunto em epígrafe **o Senhor Presidente da Mesa em exercício** dispensou a leitura da Informação da Câmara Municipal, em virtude do seu texto ter sido previamente distribuído a todos os membros, e que dada a sua extensão fica arquivado em pasta anexa (**documento número dez**), ficando a fazer parte integrante desta ata. -----

--- Seguidamente **o Senhor Presidente da Mesa em exercício** perguntou se algum Senhor Deputado Municipal pretendia intervir, não se tendo registado qualquer pedido de intervenção. -----

--- **Tomado conhecimento.** -----

c) – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE APROVAÇÃO DA ARU DE MOURÃO

--- Sobre o assunto em epígrafe **o Senhor Presidente da Mesa em exercício** dispensou a leitura da Proposta da Câmara Municipal, em virtude do seu texto ter sido previamente distribuído a todos os membros, e que dada a sua extensão fica arquivada em pasta anexa (**documento número onze**), ficando a fazer parte integrante desta ata. -----

--- Seguidamente **o Senhor Presidente da Mesa em exercício** perguntou se algum Senhor Deputado Municipal pretendia intervir, tendo solicitado a palavra e intervindo **o Senhor Deputado Municipal Rui Passinhas** para solicitar que também seja elaborada e



aprovada uma ARU para a freguesia de Granja, a fim de se poder aceder a possíveis benefícios. -----

--- Não havendo mais intervenções, objeções ou pedidos de esclarecimento, **o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia em exercício** colocou a referida proposta à votação, a qual foi **aprovada**, por **unanimidade**, e **em minuta**. -----

--- Finalmente **o Senhor Presidente da Mesa em exercício** perguntou se algum Senhor Deputado pretendia fazer declaração de voto, não se tendo registado qualquer pedido de intervenção. -----

d) – 12.ª MODIFICAÇÃO ORÇAMENTAL – 4.ª ALTERAÇÃO MODIFICATIVA PARA O ANO DE 2023

--- Sobre o assunto em epígrafe **o Senhor Presidente da Mesa em exercício** dispensou a leitura da Proposta da Câmara Municipal, em virtude do seu texto ter sido previamente distribuído a todos os membros, e que dada a sua extensão fica arquivado em pasta anexa (**documento número doze**), ficando a fazer parte integrante desta ata. -----

--- Seguidamente **o Senhor Presidente da Mesa em exercício** perguntou se algum Senhor Deputado Municipal pretendia intervir, tendo solicitado a palavra e intervindo **o Senhor Deputado Municipal Rui Pereira** para perguntar quais são os encargos ao abrigo do protocolo de cedência do ringue da Casa do Povo de Mourão, o que engloba o protocolo e por quantos anos é o protocolo? -----

--- Dada a palavra **ao Senhor Presidente da Câmara Municipal** este informou que o Executivo tem vindo a reabilitar alguns recintos, e o ringue da Casa do Povo, onde a Junta de Freguesia de Mourão até realizou algumas intervenções, também necessita de melhoramentos. Assim, estando o Município disponível para fazer o investimento, lançou o isco aos serviços da segurança social para celebrar um protocolo de cedência e colocar um relvado sintético. O ideal seria até dispor de todo o edifício para ali instalar os serviços de ação social do Município ao lado dos da segurança social, mas tal não foi contemplado na transferência de competências. O protocolo terá a duração de três anos renovável automaticamente por novo período, desde que não seja denunciado por nenhuma das partes. -----

--- Não havendo mais intervenções, objeções ou pedidos de esclarecimento, **o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia em exercício** colocou a referida proposta à votação, a qual foi **aprovada**, por **unanimidade**, e **em minuta**. -----

--- Finalmente **o Senhor Presidente da Mesa em exercício** perguntou se algum Senhor Deputado pretendia fazer declaração de voto, não se tendo registado qualquer pedido de intervenção. -----



--- Esgotados os pontos da "**Ordem do Dia**", nos termos das disposições conjugadas dos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, n.ºs 2 e 4 do artigo 34.º do novo Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, e n.º 3 do artigo 87.º do Regimento em vigor da Assembleia Municipal de Mourão, **o Senhor Presidente da Mesa em exercício, Alexandre Filipe Conde Farias**, propôs ao Plenário que este deliberasse no sentido da ata da sessão da Assembleia Municipal fosse aprovada em minuta, para surtir efeitos executórios imediatos. -----

--- Sujeita à votação foi a referida proposta aprovada, **por unanimidade**. -----

--- Ato contínuo, **o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia em exercício**, nos termos da alínea a) do artigo 38.º do Regimento em vigor da Assembleia Municipal de Mourão, **suspendeu os trabalhos por um período máximo de 15 (quinze) minutos** para que a ata fosse elaborada e sujeita a DELIBERAÇÃO do Plenário. -----

--- Recomeçando os trabalhos **o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia em exercício** determinou que fosse lida a minuta da ata, colocando-a de seguida à votação, a qual mereceu total aprovação, **por unanimidade**. -----

--- Finalmente, **o Senhor Presidente da Mesa em exercício** informou que não houve recursos para o Plenário, requerimentos dirigidos à Mesa ou votos de vencido invocados enquanto tais. -----

--- Esgotados os pontos da ordem de trabalhos, aprovada a "Ata em Minuta", e por nada mais haver a tratar, **o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia em exercício** declarou encerrada esta sessão, eram 22h30min, agradecendo a todos a presença e a participação de todos, e desejando bom regresso a casa. -----

--- Para constar se lavrou a presente ata que foi aprovada, por unanimidade, na sessão de 27 de setembro de 2023, e vai ser assinada pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal em exercício e por mim, Vítor Manuel Leal Vidigal, secretário, que a redigi e subscrevo. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal em exercício,

Alexandre Filipe Conde Farias

O Coordenador técnico,